

**CENTRO UNIVERSITÁRIO ACADEMIA
REGINALDO VICENTE MEIRELES**

**O MÉTODO CARTESIANO
PARA DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE DEUS**

Juiz de Fora
2021

REGINALDO VICENTE MEIRELES

**O MÉTODO CARTESIANO
PARA DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE DEUS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto ao Curso de Filosofia do Centro Universitário Academia, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Filosofia.

Orientadora: Prof.^a Me. Regina Lúcia Praxedes de Meirelles.

Juiz de Fora
2021

MEIRELES, Reginaldo Vicente. **O MÉTODO CARTESIANO PARA DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE DEUS.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Licenciatura em Filosofia, do Centro Universitário Academia, realizado no 2º semestre de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Me. Regina Lúcia Praxedes de Meirelles (UniAcademia)
Orientadora

Prof. Dr. Robione Antônio Landim (UniAcademia)

Prof.^a Dra. Mabel Salgado Pereira (UniAcademia)

Examinado em: 02/12/2021.

Dedico este trabalho a Deus, que me deu saúde e força para superar os desafios, a minha família, em especial meus pais, que sempre me incentivaram aos estudos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo amor e misericórdia em minha vida e por me iluminar nos momentos difíceis, dando-me força para prosseguir e coragem para lutar pelos meus sonhos.

Agradeço de maneira especial aos meus pais, Vicente e Izabel, que nunca mediram esforços para fazer de mim um ser humano melhor. A vocês, toda minha gratidão.

Aos meus irmãos, obrigado pelo apoio e presença nos momentos difíceis e por me ajudarem a chegar até aqui.

Aos meus amigos, aos que estavam próximos e aos distantes, obrigado pelo apoio, compreensão e carinho. Aos distantes, perdão pela ausência, agradeço as orações e palavras de incentivo.

À coordenadora e orientadora Prof.^a Me. Regina Lúcia Praxedes de Meirelles, sempre presente, orientando-me em minhas dúvidas, fazendo-me acreditar que seria possível.

Aos professores: Dr. Robione Antônio Landim e Dra. Mabel Salgado Pereira, pelas orientações e considerações sobre este trabalho.

Ao corpo docente do curso de Filosofia, pelos ensinamentos passados ao longo dos últimos anos; obrigado pelo conhecimento que me ajudou na elaboração deste trabalho de conclusão de curso.

Ao Centro Universitário Academia, pelo compromisso em oferecer uma educação de qualidade.

Ao Seminário Arquidiocesano Santo Antônio, pela contribuição em minha formação acadêmica e humana.

Ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Arcebispo Metropolitano de Juiz de Fora, Dom Gil Antônio Moreira e ao conselho de formação do Seminário Arquidiocesano Santo Antônio, minha profunda gratidão.

A finalidade dos estudos deve ser a
orientação do espírito para emitir juízos
sólidos e verdadeiros sobre tudo o que se
lhe depara.
René Descartes

RESUMO

MEIRELES, Reginaldo Vicente. **O MÉTODO CARTESIANO PARA DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE DEUS**. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Filosofia). Centro Universitário Academia, Juiz de Fora, 2021.

O presente trabalho tem o objetivo de refletir acerca do método usado por Descartes para provar a existência de Deus, tendo como principal referencial teórico a obra **Meditações Metafísicas** (1988). Na referida obra, o filósofo, utilizando-se de argumentações claras e objetivas, chega à certeza de que Deus realmente existe, entendido como um ser perfeito e bom. Tal argumentação reforça o fundamento cartesiano de que a ideia do engano não poderia ser originária do *cogito*, porque, como veremos no trabalho, o efeito é inferior à causa. A pesquisa contou com obras de historiadores da Filosofia, comentadores de Descartes, além de pesquisa online sobre artigos e dissertações sobre as concepções e contribuições cartesianas para a atualidade. Posto isto, o trabalho pretende mostrar de que maneira **Deus** está presente na obra de Descartes e qual é o método utilizado pelo filósofo para tal demonstração, valendo-se de argumentos claros e distintos e logicamente organizados.

Palavras-chave: Descartes. Deus. Método. *Cogito*. Idealismo.

ABSTRACT

The present work aims to reflect on the method used by Descartes to prove the existence of God, having as main theoretical reference the work *Metaphysical Meditations* (1988). In that work, the philosopher, using clear and objective arguments, reaches the certainty that God really exists, understood as a perfect and good being. This argument reinforces the Cartesian foundation that the idea of deception could not originate from the cogito, because as we will see in the work, the effect is inferior to the cause. The research included works by historians of Philosophy, commentators on Descartes, as well as online research on articles and dissertations on Cartesian conceptions and contributions to the present. That said, the work intends to show in what way God is present in Descartes' work and which is the method used by the philosopher for such demonstration, using clear and distinct and logically organized arguments.

Key-words: Descartes. God. Method. *Cogito*. Idealism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	DESCARTES E A PERSPECTIVA HISTÓRICA	12
2.1	REVOLUÇÃO CIENTÍFICA E Ceticismo NO PERÍODO MODERNO	14
2.2	DESCARTES E A TRADIÇÃO	17
2.3	AS CONTRIBUIÇÕES DE DESCARTES NO SURGIMENTO DA CIÊNCIA MODERNA	18
3	MÉTODOS CAPAZES DE CONDUZIR O HOMEM À VERDADE	21
3.1	A DÚVIDA E SUA UTILIZAÇÃO METODOLÓGICA	23
3.2	O MÉTODO CARTESIANO: UM ITINERÁRIO QUE LEVA AO CONHECIMENTO DA VERDADE	24
3.3	O SER PENSAnte COMO BASE DA VERDADE	25
4	O PERCURSO ARGUMENTATIVO QUE DEMONSTRA A EXISTÊNCIA DE DEUS	28
4.1	ARGUMENTO DO SENTIDO, DO SONHO E DO GÊNIO MALIGNO	28
4.2	AS PROVAS DA EXISTÊNCIA DE DEUS	31
4.3	PRIMEIRA PROVA DA EXISTÊNCIA DE DEUS	32
4.4	SEGUNDA PROVA DA EXISTÊNCIA DE DEUS	33
4.5	TERCEIRA PROVA DA EXISTÊNCIA DE DEUS	35
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
	REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

René Descartes (1596-1650), aos onze anos, iniciou seus estudos no colégio jesuíta de *La Flèche*, onde permaneceu até o ano de 1615. Após isso, saiu para conhecer o mundo e seus desafios. Em suas próprias palavras, o conhecimento adquirido no colégio não explicava a verdade das coisas, contentando-se com a repetição de ideias, sem a preocupação em testar a veracidade de suas afirmações. O mundo, então, foi o cenário que se descortinou como um livro para o jovem filósofo, possibilitando-lhe questionar teorias, elaborar novos arrazoados e seguir um modo próprio de pensar (DESCARTES, 2019).

O francês tinha por propósito nada tomar como verdadeiro sem antes passar pela razão; isso era sempre baseado na dúvida e em questionamentos, ou seja, uma ideia não poderia ser considerada como verdadeira sem antes passar por questionamentos que façam dela uma certeza indubitável.

Na construção de sua própria história, desde tempos imemoriais, o homem vive e lida com momentos de grandes questionamentos, no que diz respeito à sua relação com o transcendente, Deus, levantando dúvidas e afirmando certezas sobre sua constituição.

Descartes, na obra *Meditações Metafísicas*, aborda este assunto de forma metódica, com argumentos lógicos, claros e distintos, alcançando o que ele acredita ser uma resposta racionalmente válida. A justificativa para esta pesquisa foi justamente desenvolver uma reflexão sobre este tema, ainda pertinente ao ser humano.

Posto isso, o objetivo geral desta pesquisa é apresentar o caminho metodológico percorrido por Descartes para demonstrar logicamente a existência de Deus, em sua obra *Meditações Metafísicas*, publicada em 1988. Nesta obra, o filósofo fez um aprofundamento acerca das provas da existência de Deus, que amplia o conhecimento do leitor sobre o método cartesiano presente nas seis meditações.

Para desenvolver tal objetivo, alguns pontos específicos se fizeram necessários. Eles se desenvolverão da seguinte maneira: na primeira seção, será apresentada uma contextualização histórica, a fim de localizar temporalmente o pensamento cartesiano, suas influências e concepções acerca do mundo, do homem e da relação entre eles, e o motivo que levou o filósofo a ser considerado um

idealista. Em seguida, a obra *Meditações Metafísicas*, selecionada como principal referencial teórico desta pesquisa, será explorada em seus propósitos, a fim de elucidar o método defendido por Descartes como aquele capaz de conduzir os homens à verdade. Por último, serão trabalhados de forma mais detalhada os conceitos que demonstram o método cartesiano acerca da existência de Deus.

A intenção deste trabalho de conclusão de curso não é tratar de toda filosofia de Descartes, mas sim da questão acerca da prova da existência de Deus presente na obra *Meditações Metafísicas*, publicada em plena vigência do movimento Iluminista. Assim, esta pesquisa se desenvolverá em uma perspectiva filosófica, destacando o pensamento do autor sobre o tema.

Como hipótese de trabalho, Descartes a constrói da seguinte maneira: Deus é onipotente, o que confirma que pode inclusive enganar-nos. Contudo, também é perfeito e, como tal, não incorreria na falta de enganar-nos. Isto permite afirmar que, embora Deus possa nos enganar, ele não o quer, por ser perfeito e bom. Com base na percepção de si, o homem compreende e fideliza sua existência. Dessa percepção, compreende-se o eu como pensante na perfeição e no infinito e, nesse sentido, tem-se a ideia de um Deus criador do mundo real, ambos existentes.

O caminho metodológico utilizado por Descartes é colocar tudo que é considerado como válido e verdadeiro sob o domínio da dúvida. O filósofo queria uma certeza e dizia que é preciso duvidar para se chegar à certeza indubitável. Contudo, há uma única e permanente certeza: ele não duvidava do pensamento, da capacidade racional, característica do ser humano.

Assim, a ideia de Deus se apresenta de forma clara e distinta, e não se pode afirmar que seja falsa, ou que ela poderia se fazer presente no homem pelo fato de este apresentar algumas carências e limitações. Então, a percepção que se pode ter deste ser soberano, perfeito e de natureza infinita é absolutamente verídica.

A fim de realizar uma pesquisa bibliográfica qualitativa, com produção de um texto autoral de forma narrativa, partir-se-á do seguinte problema: qual o caminho metodológico percorrido por Descartes para demonstrar a existência de Deus na obra *Meditações Metafísicas*?

Para a elaboração deste trabalho de conclusão de curso foram utilizadas as seguintes obras: **Meditação Metafísica** de Descartes (1988), como principal referencial teórico. Além da obra principal de referência, lançou-se mão da obra

Discurso do Método, de Descartes (2019), para facilitar a compreensão do pensamento cartesiano.

Para fornecer um panorama contextual do tempo e espaço vivido pelo pensador, recorreu-se à obra, **História da Filosofia, do Humanismo a Descartes** de Reale e Antiseri (2004).

A Metafísica da Modernidade, de Franklin Leopoldo e Silva (2005), foi usada como comentador do pensamento cartesiano. Com o mesmo objetivo fez-se necessário o uso do artigo **A Existência de Deus como Garantia da Veracidade Científica nas Meditações Metafísicas de René Descartes**, de Alisson Cândido Modesto da Silva, publicado pela revista Rhema, (2018).

Com este mesmo intuito, uma dissertação de mestrado ajudou no entendimento deste trabalho, **As Provas Metafísicas da Existência de Deus em René Descartes**, de José Francisco das Chagas Souza, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, (2013).

Outros artigos que ajudaram na elaboração deste trabalho de conclusão de curso aparecem citados no texto e na lista de referência. O **Dicionário de Filosofia**, de Nicola Abbagnano, (1998) ajudou a esclarecer termos e/ou expressões filosóficas de modo geral, assim como o **Dicionário de Português**, de Antônio Houaiss e Mauro Villar, (1897).

Sem olharmos para este tema com uma visão religiosa, veremos o pensamento de Descartes acerca da existência de Deus, presente em sua obra **Meditações Metafísicas**. Para entendermos melhor o assunto, é necessário regressar ao período em que viveu o filósofo, observando a importância e as contribuições que ficaram marcadas naquela época.

2 DESCARTES E A PERSPECTIVA HISTÓRICA

Para um melhor entendimento do assunto é preciso voltar ao início da Idade Moderna (1453-1789), período marcado por dois fatos importantes: o Absolutismo¹ e o Mercantilismo². Nessa época, a antiga nobreza sofria as consequências de seu enfraquecimento político e financeiro. Por ter ficado órfão de mãe muito cedo, Descartes recebeu uma herança que lhe permitiu viver de maneira tranquila; sendo assim, o jovem teve a possibilidade de buscar novos conhecimentos e dedicar-se aos estudos. Tal distinção social permite entender algumas das opções de vida adotadas pelo filósofo que, mesmo vivendo em um período de muitas turbulências, conseguiu organizar-se e viver uma vida tranquila, dedicando-se inteiramente à busca do conhecimento verdadeiro.

O continente europeu, durante o século XVII, período em que viveu Descartes, atravessou grandes conflitos políticos e combates religiosos, tendo maior destaque e intensidade a **Guerra dos Trinta Anos**, que, estendendo-se do ano de 1618 a 1648, destruiu a Alemanha e causou perdas significativas a países como França, Espanha, Holanda, entre outros. Esse foi um dos mais sangrentos conflitos deste período (SILVA, 2005).

Qual foi a causa dessa longa guerra, que causou inúmeras perdas humanas e prejuízos financeiros? Silva vai dizer que: “as causas estão na diferença religiosa que então opunha católicos e protestantes, e da qual ambas as partes se serviam para consolidar interesses políticos” (SILVA, 2005, p. 16). Quais eram esses interesses? Sobre esta pergunta, ele explica que:

Entre esses estavam, por exemplo, os que opunham os príncipes alemães, que detinham o poder nas várias regiões desse país que ainda não se encontrava completamente unificado, e o imperador, que, embora usufruindo de um poder central formalmente acima dos principados, encontrava grande dificuldade para impor de fato sua vontade. Assim, o

¹ “Termo cunhado na primeira metade do séc. XVIII para indicar toda doutrina que defenda o “poder absoluto” ou a “soberania absoluta” do estado. [...] No uso filosófico corrente, esse termo não se restringe mais a indicar determinada doutrina na política, mas estende-se a designação de toda e qualquer pretensão doutrinária ou prática ao absoluto, em qualquer campo que seja considerado” (ABBAGNANO, 1998, p. 2).

² “Propensão a sujeitar ou relacionar qualquer coisa ao interesse comercial, ao lucro, às vantagens financeiras; o caráter mercantil; o espírito de negociante; o gosto do comércio; Hist. Econ teoria e sistema de economia política, dominantes na Europa após o declínio do feudalismo, que, baseados no acúmulo de divisas em metais preciosos pelo Estado por meio de um comércio exterior de caráter protecionista, fortaleceram o colonialismo e proporcionaram o desenvolvimento industrial, com resultados lucrativos para as balanças comerciais [...]” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 1897).

protestantismo do imperador Fernando de Habsburgo e o catolicismo de vários príncipes alemães estão na origem do confronto em que vários outros países acabaram se envolvendo (SILVA, 2005, p. 16).

Sendo assim, percebe-se que a oposição entre as províncias e o governo central não era exclusividade da Alemanha. Nesse mesmo período, o rei francês, tentando estabelecer seu poder perante a nobreza, também encontrava forte resistência.

É, pois, lícito afirmar-se que o filósofo viveu num período marcado por dúvidas de vários tipos, a que se juntavam conflitos sangrentos, motivados por disputas territoriais e comerciais, acrescidos ainda de enfrentamentos religiosos. Dessa forma, observa-se que a grande marca na vida de Descartes foram os confrontos entre religião e ciência, pois o século XVII apresentou radicais mudanças naquilo que era visto como um conjunto de valores e verdades. Dentro deste cenário, pessoas de várias posições sociais da época perceberam essa situação como uma crise, resultante do fato de a fé cristã passar a ser um guia da existência da humanidade, enquanto a razão perdia sua condição de condutora do homem. A Igreja partia do princípio de que Deus já havia se revelado aos homens e deixado claro qual era o caminho para se obter a felicidade e a salvação. A Reforma Protestante, promovida por Martinho Lutero (1483-1546), é apontada como um dos motivos relevantes para o nascimento da modernidade, ao marcar uma revolta contra a Igreja e sua autoridade, culminando com um corte na tradição, o que por sua vez oferece à Igreja Católica uma nova escolha quanto àquilo que era tido como método da verdade.

A Filosofia Moderna origina-se no pensamento filosófico de Descartes e Galileu Galilei (1564-1642). Esses estudiosos deixaram no passado os conceitos da Filosofia de Aristóteles (384-322 a.C), o que possibilitou a abertura de novos caminhos, oferecendo possibilidades de respostas referentes à ciência. Com o fim da Idade Média, grandes transformações surgiram na Europa, o ambiente cultural passou por modificações, propiciando um novo cenário favorável a várias descobertas no campo da cientificidade, acontecimentos no que concerne aos tipos de saberes, não deixando de interferir também no campo artístico.

Em 1611, Descartes teve contato com algumas das descobertas de Galileu, a saber, a invenção da luneta, que permitiu avanços na observação dos satélites de Júpiter e algumas manchas solares. Mesmo diante de tais novidades, não era

possível encontrar provas dos erros da Filosofia natural de Aristóteles e de sua metafísica, sendo que nesta época essas duas partes eram responsáveis por constituir e explicar o universo. Então Descartes “terá sempre em mente que a solidez do saber depende da coesão e do encadeamento de todas as suas partes. Por isso, ele dará ênfase, no seu trabalho, ao caráter sistemático do pensamento” (SILVA, 2005, p. 18).

Destarte, os séculos XV, XVI e XVII foram marcados por grandes transformações, gerando uma crise no pensamento e também na organização social, o que, por sua vez, levou a instabilidades e incertezas. Essas transformações e crises são de fundamental importância para entender a origem do pensamento de Descartes. Tendo a Filosofia cartesiana a missão de trazer conhecimentos concretos ao pensamento, fazendo com que ele se torne seguro e indubitável, um fator relevante neste período é o **Humanismo Renascentista** que centraliza as ações no **homem**. Quando o olhar se volta para o ser humano, tem início o Humanismo, trazendo o sujeito como referência primária. Isso aconteceu em diversos campos: Medicina, Literatura, Arte, dentre outras.

No meio filosófico, Descartes destaca-se por trazer o sujeito para o ponto central do pensamento, evidência inequívoca do peso do movimento humanista sobre sua obra. Outros dois movimentos de notória relevância nesse período foram a **revolução científica** e a **retomada do ceticismo**. Sobre este assunto, podemos dizer que um acaba sendo a causa e a consequência do outro. O primeiro causa um sentimento de incerteza no que se refere ao conhecimento, visto que as suas descobertas vão ao contrário daquilo que é considerado verdadeiro. O ceticismo retorna dando uma resposta às indagações sobre a possibilidade do conhecimento da realidade se mostrar de forma verdadeira e segura. É neste contexto histórico que Descartes busca um diálogo com a tradição, procurando apoio para a ciência através de um método concreto e com princípios renovados.

2.1 REVOLUÇÃO CIENTÍFICA E CETICISMO NO PERÍODO MODERNO

Nesse período, esses dois movimentos caminharam juntos, mesmo que isso pareça um pouco antagônico. Com o surgimento de algumas descobertas, o ceticismo aparece em meio à epistemologia, ou seja, às ciências da origem e da natureza do conhecimento. Isto é visível, pois essa corrente apresenta uma solução

plausível aos obstáculos que surgiam em torno do conhecimento da época. Visto isso, faz-se necessário buscar compreender as descobertas científicas e, logo em seguida, a resolução apresentada pelos céticos. O período da revolução científica é definido como: “aquele que se estende da obra de 1543 *De revolutionibus*, de Nicolau Copérnico até a obra *Philosophiae principia mathematica*, de Isaac Newton, de 1687” (OLIVEIRA; SILVA, 2018, p. 30, grifo do autor).

A descoberta de Nicolau Copérnico (1473-1543) tem um valor excepcional, pois é a partir dela que a concepção de homem muda de maneira radical, permitindo ao movimento humanista trazer o Ser Humano para o meio das reflexões. Da mesma forma que Copérnico traz o Sol para o centro do cosmo, modo de pensar conhecido como modelo heliocêntrico, à maneira de ver o Ser Humano muda: depois da revolução copernicana, o homem não é mais visto no centro do cosmo, mas em um planeta que está em torno de um astro e que tem a função de manter a vida dos seres.

No século XVI e XVII, Johannes Kepler (1571-1630) surge com uma concepção que abala o que era vigente na época. Através de uma estruturação e cálculos na técnica de Copérnico, ele demonstra que a movimentação dos astros ocorre de maneira elíptica e não circular. Isso permite a Giordano Bruno (1548-1600) anunciar que o universo não é finito, mas sim infinito. Com essas duas afirmações, a ideia de perfeição dominante no período cai.

Um cosmo infinito entrava em conflito com a ideia de Deus, gerando atritos com a Igreja, pois um Deus considerado infinito e diferente de toda a criação era visto neste momento com características iguais às do universo. O surgimento desses conceitos leva ao rompimento entre Ciência e Filosofia, definindo assim as suas principais características e maneiras de referir-se à realidade. Essa ruptura é apontada de forma categórica por Oliveira e Silva: “cosmologia aristotélica, a revolução científica leva à rejeição das categorias, dos princípios e das pretensões essencialistas da filosofia aristotélica” (ANTISERI; REALE, 2007, apud, OLIVEIRA; SOUZA, 2018, p. 31). Essa separação entre Filosofia e Ciência levanta um problema. Conforme lemos:

A ciência carece de princípios sólidos, pois a construção científica se encontra sob as mãos de pessoas diferentes e com princípios distintos. Além do mais, o método científico não é único, o que pode levar ao erro (OLIVEIRA; SILVA, 2018, p. 31).

Diante deste problema, a resposta do ceticismo é retornar com uma alternativa para a crise, mas, para entendê-la, é preciso voltar às suas origens, revisitando a antiguidade depara-se com Pirro (318 a.C - 272 a.C). Nesta época, o helenismo³ se fazia presente e a Filosofia de Pirro apontava conceitos sobre a felicidade, afirmando que, para ser feliz, deve-se fazer uma privação dos sentidos sobre as coisas, ou seja, é preciso ser apático diante do que acontece ao meio em que estamos.

Com o início da modernidade, o pensamento cético de Michel Montaigne (1533-1592) assumiu grande influência. Seu ceticismo relacionava-se ao conhecimento; este filósofo, crendo não ser possível ter acesso ao conhecimento verdadeiro, apostava em uma Filosofia através dos costumes e afirmava que, se os valores fossem mantidos, a sociedade se manteria organizada. Vale ressaltar que o ceticismo é diferente do movimento relativista ou de outras doutrinas que classificam as coisas como verdadeiras ou falsas (OLIVEIRA; SILVA, 2018).

A influência de Montaigne sobre o pensamento cartesiano é determinante em diversas questões. No que diz respeito à crise deixada pelas revoluções, notadamente a revolução científica, Montaigne aponta um caminho para Descartes, deixando uma contribuição que seria de grande ajuda para o filósofo. Assim, lemos que:

O céu e as estrelas foram durante três mil anos considerados em movimento. Todos acreditaram, até que Cleantes de Samos ou, segundo Teofrasto, Nicetas de Siracusa, se lembrou de sustentar que a terra é que girava em torno de seu eixo, seguindo o círculo oblíquo do zodíaco; e em nosso tempo Copérnico demonstrou tão bem esse princípio, que dele se vale em seus cálculos astronômicos. Que conclui, senão que não temos que nos preocupar com saber qual dos sistemas é o verdadeiro? Quem sabe se daqui a mil anos outro sistema não os destruirá a ambos? (MONTAIGNE, 1987, apud, OLIVEIRA; SILVA, 2018, p. 32).

Esses questionamentos mostram a árdua tarefa de Descartes, pois a inconstância do saber, relatada de forma cética na questão acima, é o desafio que a Filosofia do francês pretende resolver. Com isso, é perceptível que a Revolução Científica representa uma ruptura com o tradicional, mas o caminho que conduz a isso é lento, ora apresentando alguns avanços, para retroceder em outros

³ “Entende-se, com esta expressão, a filosofia da época alexandrina – período seguinte a morte de Alexandre Magno (323 a.C) [...]” (ABBAGNANO, 1998, p. 497).

momentos. Esse desligamento com a tradição se dá no modo de pensar, sendo assim não há espaço para o surgimento de novas teorias.

Um fator importante que ajudou a inspirar Descartes foram os anos que passou no colégio *La Flèche*. Lá ele recebeu os ensinamentos de sua época com grande ênfase na Filosofia aristotélica e em Tomás de Aquino (1225-1274), conhecimentos estes que Descartes conservou ao longo de sua vida.

2.2 DESCARTES E A TRADIÇÃO

O colégio Jesuíta *La Flèche* teve notável participação na história de Descartes no que se refere à tradição, na época este colégio tinha uma formação diferenciada e, por isso, era considerado um grande centro de ensino. A formação passada para ele ajudou em suas reflexões, pois possibilitou ao filósofo identificar a metodologia de ensino empregada e lhe deu possibilidades de levantar críticas sobre este método. Este colégio trabalhava com um vasto campo de saberes, entre eles destacavam-se a: “gramática, retórica, poesia, latim, grego e filosofia, aí incluídas a lógica, a matemática, a física, a ética e a metafísica. Essa amplitude que era então conferida à filosofia nos ajuda a entender aquilo que Descartes desenvolverá” (SILVA, 2005, p. 17).

Na obra *Discurso do Método*, o filósofo menciona seu descontentamento com o ensino que foi passado, salientando as características e limites dos saberes adquiridos. Perceptivelmente Descartes lança elogios a algumas áreas, como a matemática, visto que a sua principal crítica era voltada à Filosofia e também às Ciências. Dito isso, Souza escreve que:

No entender de Descartes se praticava uma ciência, mesmo em sua época fora daquilo que para ela é o verdadeiro método, pois está desvinculado da realidade do mundo, aquém do homem moderno que exige novas posturas. O que se apresenta aí tinha gerado muito mais confusão nas mentes e muitas dúvidas ao invés do saber (SOUZA, 2013, p. 25).

Na modernidade, Descartes foi crítico dos saberes. Dentre essas críticas, observam-se três pontos importantes: o filósofo questionou os estudos universais dessa época, que não proporcionavam saberes concretos, mas geravam uma série de incertezas. Com essa insatisfação e com a intervenção da Revolução Científica e do ceticismo, Descartes mostrava sua frustração com os métodos em vigor ao final

de cada período de ensino. O segundo momento de sua crítica faz referência à matemática. Apesar de ela possuir uma clareza e concretude que a apresentam como algo certo, até aquele momento ninguém havia pensado que ela seria útil em outros ambientes. Antiseri e Reale, ao relatarem o motivo pelo qual Descartes não fez uso da matemática como uma norma para o saber, escrevem que:

Descartes não pode adotar a matemática tradicional como modelo do saber, porque ela não possui método unitário. Para teorizar esse modelo, ele crê necessário demonstrar que as diferenças entre aritmética e geometria não são relevantes, porque ambas se inspiram, ainda que implicitamente, *no mesmo método* (ANTISERI; REALE, 2005, p. 287, grifo dos autores).

Descartes revela o que pretendia fazer com essa ciência, amplificando seus níveis epistêmicos. A terceira crítica do filósofo é direcionada à Filosofia. Para ele, aqui não existe uma questão que seja aceita por duas pessoas; tudo que é apresentado gera desentendimento e discussões. Sendo assim, o filósofo aponta o desafio acerca deste assunto, pois, para ele, só pode existir veracidade em uma coisa. Silva destaca que isso pode se tornar grave se imaginarmos a filosofia como “[...] fundamento das ciências, já que a pouca firmeza dos fundamentos acarreta naturalmente a fragilidade dos resultados alcançados em tudo aquilo que deles depende” (SILVA, 2005, p. 28). Muitas opiniões foram expostas até este momento, mas ainda há um clima de incertezas que, para o filósofo francês, pode ser amenizado através de um método que seja válido e que possa alcançar uma única verdade.

2.3 AS CONTRIBUIÇÕES DE DESCARTES NO SURGIMENTO DA CIÊNCIA MODERNA

Os séculos XV e XVI não demonstram nenhum corte com os paradigmas sociais vigentes na época, mas trazem na bagagem alguns sentimentos de descontentamento com o apresentado. Em meio a essa insatisfação, surgem as grandes explorações de viagens marítimas, algumas invenções e descobertas científicas. No século XVI, a visão de mundo modifica-se completamente no que diz respeito ao universo e ao lugar do homem nesse novo contexto. Descartes buscou formular um sistema de investigação da realidade baseado na razão e apoiado por uma Filosofia mecanicista e direta e em contraste com a tradição. Sua disposição

para a mudança levou o pensador a romper com as ideais da época, abrindo mão do que era costume entre os intelectuais de então.

O filósofo escreve em francês e na primeira pessoa do singular o livro *Discurso do Método*, confrontando a elite da época, que usava o latim, considerado a língua culta. Ao redigir essa obra em francês, Descartes intentava obter maior impacto em seus escritos, numa linguagem que: “fosse acessível mesmo àqueles que não estivessem familiarizados com os assuntos tratados” (SILVA, 2005, p. 21). O bom senso, em princípio igualmente distribuído entre todos os homens, constitui o requisito fundamental para a Filosofia (SILVA, 2005). *Discurso do Método* foi visto como um acontecimento histórico no desenvolvimento da Ciência Moderna. No entanto, podemos afirmar que há algo de mais profundo por trás da simplicidade e clareza que Descartes apresenta. Silva relata que:

[...] é a crença na autonomia do pensamento, a idéia de que a razão, bem dirigida, basta para encontrar a verdade, sem que precisemos confiar na tradição livresca e na autoridade dos dogmas. O espírito humano tem em si os meios de alcançar a verdade, se souber cultivar sua independência e conduzir-se com método (SILVA, 2005, p. 21).

Em se tratando de um período de muitas incertezas, as pessoas ficaram inseguras ante o que era apresentado, perguntando-se se não seriam enganadas por aquilo que era aparente. Com isso, muitos passaram a rejeitar as tradições e os dogmas da época.

O tempo em que viveu Descartes foi dominado por pseudociências e superstições, juntamente com os dogmas da Igreja. Isso dificultava o desenvolvimento de um conhecimento do mundo inspirado na Ciência. O método cartesiano teve importante participação na evolução científica, devido à liberação para definir padrões de verdade através do uso da lógica. Antiseri e Reale destacam a importância do método: “Descartes percebia a falta de um método que ordenasse o pensamento e, ao mesmo tempo, fosse instrumento heurístico e de fundamentação verdadeiramente eficaz” (ANTISERI; REALE, 2005, p. 287).

Ante o apresentado no contexto histórico vivido pelo filósofo francês Descartes, percebe-se que ele foi um pensador bastante influente em sua época, contribuindo na área da Ciência e Filosofia, dentre outras. Com seu modo de pensar inovador, inseriu novas características ao período que ficou conhecido como modernidade. O pensador sempre buscou manter uma posição crítica diante do que

lhe era apresentado, deixando por legado nunca tomar como verdadeiro aquilo que não se mostrar com clareza e distinção. Do contrário, o risco de ser enganado seria grande. Por ressentir-se da falta de um método que ordenasse o pensamento e que apresentasse certezas indubitáveis, Descartes concebeu seu método cartesiano, de grande importância na evolução das ciências.

Este é o caminho que Descartes apresenta na obra *Meditações Metafísicas*, indicando claramente os fundamentos para o conhecimento das provas da existência de Deus e o caminho que possa conduzir o homem a uma verdade inquestionável.

3 MÉTODO CAPAZ DE CONDUZIR O HOMEM À VERDADE

Descartes buscou verdades inquestionáveis. Para isso, lançou mão de um método fundamentado em quatro regras, através do qual ele considera possível obter uma verdade incontestável. Sua metodologia se divide em: “clareza e distinção, análise, ordem, enumeração” (SILVA, 2005, p. 30).

A primeira regra apresentada estabelece duas atitudes àquele que busca a verdade: é preciso se prevenir, ou seja, não estabelecer juízos em cima de informações simplesmente recebidas, sem saber ao menos sua origem. A segunda atitude aconselha não se precipitar diante dos fatos até que eles apareçam com total distinção e clareza. Com isso, o filósofo evidencia que uma ideia deve apresentar-se de forma clara e distinta, para que consigamos desassociar as ideias verdadeiras de outras obscuras, podendo, assim, nos induzir ao erro.

A segunda regra deste método é a análise. Ela é considerada uma ideia tradicional da Filosofia, a que Descartes impõe um viés matemático, “a divisão das dificuldades é pensada por ele segundo o modelo da decomposição de equações complexas ou da redução de múltiplos aos seus multiplicadores” (SILVA, 2005, p. 31). Para o francês, quando o problema é dividido, ele fica mais fácil de ser enfrentado e resolvido.

Visto que as dificuldades foram divididas na segunda regra do método, surge então uma terceira regra, a qual Descartes chamou de ordem. O objetivo dela é direcionar nosso pensamento a resolver as dificuldades e demonstrar que cada elemento tem o seu valor, na medida em que ocupa uma determinada posição dentro de um conjunto.

Chegamos à quarta regra do método, chamada pelo filósofo de enumeração, “o preceito da enumeração pode ser visto, em parte, como *síntese*, já que percorre em sentido inverso o caminho feito pela análise, numa recuperação da visão da totalidade do conjunto” (SILVA, 2005, p. 31, grifo do autor). Essa regra sugere um caminho contrário ao do estabelecido pela análise.

Todas as regras têm um grande valor para Descartes, mas a primeira é a que melhor representa a verdade, para o filósofo. Uma manifestação que se apresenta com clareza e distinção mostra-se diante de duas condições importantes: “primeiramente, a simplicidade ou o caráter elementar da representação; em

segundo lugar, a separação de uma dada representação das demais que com ela se poderiam confundir” (SILVA, 2005, p. 31).

Com isso, o filósofo procura alcançar condições materiais e psicológicas que poderiam contribuir para o pensamento. Diante disso, o sujeito busca no próprio método a representação de um pensamento puro. Para Silva, a verdade está relacionada a:

Algo a ser procurado no próprio sujeito, na ciência que está nele mesmo. Se os requisitos metódicos forem cumpridos, a representação não poderá ser colocada em dúvida, e a certeza do sujeito corresponderá à evidência, que é uma visão objetiva da verdade (vidência). O método proporciona então o encontro de uma verdade subjetiva, isto é, no sujeito. Essa verdade subjetiva é, no entanto, profundamente diversa da apropriação subjetiva da verdade proposta pela tradição e aceita simplesmente pelo sujeito. Pois foi por via metódica que o filósofo encontrou a verdade enquanto evidência, e o caráter subjetivo que ela agora possui não decorre de condições subjetivas no sentido histórico ou psicológico, e sim da subjetividade como lugar e fundamento da verdade (SILVA, 2005, p. 31).

Diante desses atributos impostos pelo método sobre o verdadeiro conhecimento, é plausível dizer que tudo aquilo que não passa pelos domínios da razão deverá ser submetido à dúvida, visto que aquele que busca a verdade só poderá tomar como verdadeiro aquilo que se evidencia de forma clara e distinta. Dessa forma, o conhecimento é determinado de maneira exclusiva pelo uso da razão. Para Silva, é importante e metodicamente necessário colocar tudo em dúvida. Vale ressaltar que não serão postos sob domínio da dúvida apenas os conhecimentos já adquiridos ou aqueles do presente. É preciso ir além, ou seja, abolir o conhecimento sensível (SILVA, 2005). Com isso, percebe-se que as incertezas e algumas oscilações adquiridas pelo conhecimento sensível, e também pelas percepções, são vistas de maneira mais geral e podem ser consideradas como ilustrações.

Após essas colocações, podemos nos perguntar: qual é a finalidade do método cartesiano? Para responder a essa questão, precisamos compreender que: “Não basta, nesse sentido dizer que só podemos aceitar representações claras e distintas. É preciso encontrar uma forma de vincular a clareza e a distinção das representações àquilo que existe fora do entendimento” (SILVA, 2005, p. 34). Descartes buscou evidenciar e fazer com que as habilidades do ser humano pudessem criar uma trajetória de conhecimento que seja adquirida através do uso da razão. Por isso, o filósofo é considerado um racionalista. Seu método filosófico

ampara-se na matemática e em um caráter inteligível fundamentado na ordem e na medida das coisas. Assim, os princípios cartesianos buscam por verdades absolutas onde não possa haver espaços para dúvidas; portanto, ele usa de argumentos que excluem os sentidos, mas buscam de forma racional e lógica fatos que possam separar uma coisa da outra, com o objetivo de alcançar a verdade absoluta das coisas.

Essas quatro regras são simples, mas impõe uma justa consciência no instante em que se fizer necessário algum tipo de pesquisa. Consideradas modelos do saber, por serem carregadas de clareza e distinção, elas oferecem uma garantia contra erros ou equívocos passíveis de serem cometidos, mediante problemas de difíceis soluções “[...] é preciso chegar aos elementos simples, que não sejam mais decomponíveis, para que possam ser totalmente inválidos pela luz da razão” (ANTISERI; REALE, 2004, p. 290).

Descartes chega a uma certeza inquestionável. “Ele sabe que o homem é uma realidade pensante e está bem consciente do fato fundamental representado pela lógica da clareza e da distinção” (ANTISERI; REALE, 2004, p. 293). A partir dessa afirmação, o filósofo encontrou uma certeza concreta que não seria abalada pelo conhecimento sensível, certeza esta relacionada à existência do ser enquanto substância pensante, o que, para ele, é revelado de forma clara e distinta. Com o surgimento e aplicação de tais regras, houve a possibilidade de se descobrir a verdade. Segundo Antiseri e Reale, a aplicação das regras do método levou à descoberta de uma verdade que afirma a validade de outras regras em que se encontram fundamentadas e, portanto, são assumidas como norma de qualquer tipo de saber (ANTISERI; REALE, 2004).

Para entendermos bem o papel da dúvida na Filosofia cartesiana, veremos como o filósofo explica a **dúvida natural** e a **dúvida metafísica** que aparece de forma ampla no desenrolar de seu pensamento.

3.1 A DÚVIDA E SUA UTILIZAÇÃO METODOLÓGICA

A **dúvida natural** está relacionada à não aceitação do conhecimento sensível, ou seja, reconhecer que a percepção possa assegurar mesmo que em parte o conhecimento. “Uma vez verificado que tudo que sei vem direta ou indiretamente dos sentidos, o exercício deliberado da dúvida deverá começar pela

recusa dessa origem de minhas certezas” (SILVA, 2005, p. 35). Aqui não se faz necessário um exame individual das certezas, pois, quando há uma destruição do conhecimento sensível, haverá também uma queda de tudo o que foi construído sobre ele.

Para Descartes, colocar as coisas em dúvida é um passo relevante na construção de um saber puro. Ao não se voltar à dúvida de modo desfavorável, mas dirigir-se a ela de forma voluntária e lógica, não cética, a Filosofia cartesiana não comete uma agressão ao ceticismo. A dúvida é vista de maneira positiva e até mesmo racional, ou seja, colocar aqueles objetos já considerados verdadeiros sob o domínio da dúvida é o único meio de saber se eles realmente são verídicos.

Após ter conhecido a primeira parte da dúvida, conheceremos agora outra divisão da dúvida, nominada por Descartes **dúvida metafísica**. Para ele, essa dimensão deve apresentar características que possam ser claras e distintas, “pelo menos assim aparecem ao exame espontâneo da razão, e é por isso que a matemática sempre foi o conhecimento que proporcionou mais certeza” (SILVA, 2005, p. 36). Com isso, o filósofo supõe que exista uma razão para duvidar, o que nos permitiria pensar que esse campo da dúvida metafísica é artificial, levando-nos a supor a existência de um Gênio Maligno ou até mesmo de um Deus que pudesse está a nos enganar.

3.2 O MÉTODO CARTESIANO: UM ITINERÁRIO QUE LEVA AO CONHECIMENTO DA VERDADE

Diante da inquietude que aflige Descartes, ele parte para um estudo do mundo. Para o pensador, os fundamentos e suas formas deveriam ser explorados de imediato. Com esse estudo, ao fazer um aprofundamento daquilo que aparecia ao seu redor, observando as coisas e os costumes, o filósofo queria tirar do mundo algum conhecimento que beneficiaria a ciência. Descartes segue os anos de 1619 a 1628 dedicando o seu tempo a uma profunda reflexão do mundo e daquilo que aparece ao seu redor em favor da Ciência.

O filósofo mantinha uma crença profunda na simplicidade. Para ele, as coisas só devem ser tomadas como verdadeiras se aparecerem com naturalidade, clareza e sem confusões. Essa foi uma das causas que levaram o francês a ser crítico da

Filosofia escolástica; para ele, havia uma carência de conteúdo escondida atrás de um vocabulário desconexo.

O método cartesiano tem por objetivo específico fazer com que razão possa diferenciar o verdadeiro do falso. Sua meta é guiar a razão através de um caminho que seja seguro; esse itinerário objetiva fazer chegar à verdade. Ao observar as quatro regras do método de Descartes, é notável que o filósofo usou de muita prudência para se desfazer das falsas crenças que conduzem o homem a falsas certezas. O francês esperava encontrar, nem que fosse no interior do seu raciocínio, algum meio provável e capaz de validar algum tipo de conhecimento. Descartes seguiu por um caminho diferente de outros. Portanto, ele precisava de se colocar em:

[...] um ponto de partida novo, tendo em vista uma meta objetiva, e trilhar com segurança o percurso entre esses dois pontos (partida e meta). Já não se tratava de percorrer uma via qualquer, em meio à diversidade de trajetórias possíveis, mas de encontrar o caminho por excelência, o *hodos*. Em termos epistemológicos, a intuição originária do pensamento de Descartes é a elaboração de um método (IZIDORO; VILELA, 2013, p. 57, grifo dos autores).

O filósofo recusa-se a aderir ao ceticismo, que, de certa maneira, se define por não aceitar a existência da verdade. Assim, Descartes se empenha na procura de um conhecimento concreto capaz de satisfazer a sua vontade de adquirir um saber fundamentado em fatos concretos. Contudo, há ainda outro aspecto relevante para entendermos o que foi exposto acerca do tipo de saber defendido pelo pensador. Para Descartes, a verdade não se trata de mero objeto de posse, mas, apresenta um meio importante para a ética, como se percebe no trecho a seguir: “[...] eu sempre tive um imenso desejo de aprender a distinguir o verdadeiro do falso, para ver claro nas minhas ações e caminhar com segurança nesta vida” (DESCARTES, 1983, apud, IZIDORO; VILELA, 2013, p. 56).

3.3 O SER PENSAnte COMO BASE DA VERDADE

Ao aplicar a dúvida sobre as coisas, por certo Descartes tinha uma certeza: se aquilo que ele tomava como verdadeiro podia vir a ser falso, então é possível afirmar que o ser é uma substância que pensa. Sendo uma substância pensante,

não poderia haver dúvida quanto a sua existência. O *cogito, ergo sum*, **penso, logo existo**, é princípio fundamental de sua Filosofia.

Para chegar a uma verdade inquestionável, Descartes precisava ver as coisas com clareza e distinção. O *cogito* foi definido como este primeiro princípio justamente por constituir uma verdade segura e inquestionável, buscando por experiência naquilo que Descartes chama de verdade primeira. Assim, percebemos que:

Não havia outro motivo pelo qual se lhe devesse atribuir indubitabilidade senão a clareza com que se estabelece a relação causal entre a existência do pensante e o seu ato de pensar. Tal relação se observa clara e distintamente entre o efeito (o pensamento) e sua causa (a existência do pensante). Verdadeiras, portanto, deveriam ser todas aquelas ideias em que se verificasse esta mesma clareza e distinção. Do *cogito*, portanto, Descartes tomou a regra ou paradigma que usaria, a partir de então, para distinguir o verdadeiro do falso: considerando como verdadeiro tudo quanto pudesse ser conhecido de modo claro e distinto, e julgando falso tudo quanto não o pudesse (IZIDORO; VILELA, 2013, p. 60, grifo dos autores).

Veremos agora a questão de Deus como base para se chegar à verdade. Diante das várias qualidades atribuídas a Deus, podemos falar de seu poder, ligado à sua perfeição, que é infinita. Com isso, é-nos lícito perguntar se a perfeição de Deus seria capaz de nos levar ao engano. Para o filósofo, a capacidade de nos enganar não está ligada ao poder de determinada coisa, mas de certa ligação com a carência. Isso é perceptível porque o erro e o engano estão juntos a uma negatividade do ser finito. Quando ainda não conhecíamos Deus, poderíamos até pensar que ele seria capaz de nos enganar e induzir ao erro, mas após “conhecer de forma demonstrativa o real significado da onipotência divina, vejo que aquela opinião não tinha sentido, pois um ser soberanamente perfeito não pode promover a falsidade” (SILVA, 2005, p. 60). Dessa forma, Deus não me pode levar ao erro induzindo-me a tomar como verdadeiro aquilo que é falso. Assim, Deus é considerado:

[...] o fundamento da verdade, ou seja, todas as representações que se me apresentarem metodicamente como claras e distintas estão garantidas por Deus, verdade suprema e razão de ser de todas as demais. Assim como a realidade formal de Deus é a garantia da objetividade do conteúdo de sua ideia, também esse máximo de verdade se põe como garantia da adequação entre realidade objetiva e realidade forma em todos os casos em que essa adequação for atingida pelo pensamento segundo os critérios metódicos. Não há por que, a partir daqui, recear que algo que se me apresente com absoluta clareza e distinção possa ser uma representação

falsa, visto que isso somente aconteceria se Deus me induzisse ao erro, o que já foi refutado (SILVA, 2005, p. 60).

Disso decorre que Deus é o responsável por todas as verdades. Mas e quanto ao Eu pensante que já desenvolvia um papel semelhante ao de Deus? “[...] o Eu pensante é a razão de ser de todos os pensamentos, não de todas as verdades. Mesmo a verdade relativa a si próprio, já tida como inquestionável antes da prova da existência de Deus, funda-se realmente em Deus” (SILVA, 2005, p. 60). Podemos dizer que o Eu pensante concede realidade ao nosso pensamento, ou seja, aquilo que é referente a fatores mentais. Ele não nos dá autoridade para fazer quaisquer avaliações quanto à finalidade dessas representações, que só poderíamos tomar como reais quando elas faziam parte do Eu pensante.

“Quando o Eu pensante descobre em si a idéia de algo infinitamente perfeito, descobre também algo que ultrapassa e que já vinha implicitamente atuando como critério de busca da verdade” (SILVA, 2005, p. 60). Quando esta substância pensante se vê imperfeita por ser capaz de errar e duvidar, ela só consegue se reconhecer dessa forma por estar diante de um Ser com uma perfeição superior à dele mesmo. Ao deixar essa idéia explícita à garantia relativa e subjetiva do Eu pensante, cede-se lugar à garantia objetiva e absoluta de Deus (SILVA, 2005). O pensamento torna-se uma característica fundamental do próprio Eu pensante, pois, como vimos, o pensamento é a marca de um ser que pensa.

Podemos concluir que: “o eu pensante é a razão de ser da idéia de Deus enquanto *pensamento*; não é razão de ser dessa idéia naquilo em que ela se remete à sua causa real e infinita” (SILVA, 2005, p. 61, grifo do autor). Ou seja, a razão objetiva de realeza da idéia de Deus não é oriunda do Eu pensante.

4 O PERCURSO ARGUMENTATIVO QUE DEMONSTRA A EXISTÊNCIA DE DEUS

Descartes se baseava em um método de estudo em que o questionamento era tido como base diante daquilo que lhe era apresentado e visto como verdadeiro. Antes de qualquer coisa, era necessário que todo conhecimento fosse analisado pelo olhar da razão. O que ela não aceitasse como verdadeiro era desconsiderado. Uma de suas pesquisas foi a respeito da existência ou não de Deus. Sem considerar os fatores religiosos e as diversas opiniões que cercam este tema, averiguemos o conteúdo a seguir.

Na primeira meditação, Descartes colocava tudo em dúvida e defendia essa ideia. Contudo, havia uma única certeza: ele não duvidava do pensamento. Diante desta certeza, surgiu sua mais conhecida frase: **penso, logo existo**. Eu sou uma coisa que pensa, mas o que é uma coisa que pensa? Podemos dizer que um ser que pensa coloca as coisas em dúvida, consegue afirmar ou negar, querer ou não querer. Sendo assim, o filósofo aponta os seguintes argumentos.

4.1 ARGUMENTO DO SENTIDO, DO SONHO E DO GÊNIO MALIGNO

Na Primeira Meditação, o filósofo afirma que o menor motivo de dúvida será o suficiente para rejeição de todas. Assim, lemos que:

[...] para isso, não é necessário que examine cada uma em particular, o que seria um trabalho infinito; mas, visto que a ruína dos alicerces carrega necessariamente consigo todo o resto do edifício, dedicar-me-ei inicialmente aos princípios sobre os quais todas as minhas antigas opiniões estavam apoiadas (DESCARTES, 1988, p. 17).

O filósofo afirma que não podemos confiar nos sentidos, pois eles são enganosos e não é prudente confiar em quem já nos enganou. Para Descartes, mesmo que os sentidos nos enganem, no que se refere ao sensível, encontramos talvez muitas outras coisas das quais não se pode duvidar (DESCARTES, 1988). Entende-se aqui que muitos acontecimentos podem ser entendidos através dos sentidos. Nessa perspectiva, Descartes traz alguns exemplos em que conhecemos as coisas por intermédio dos sentidos. “que eu esteja aqui, sentado junto ao fogo, vestido com um chambre, tendo este papel entre as mãos e outras coisas desta

natureza. E como poderia eu negar que estas mãos e este corpo sejam meus?” (DESCARTES, 1988, p. 18).

Com este argumento do erro através dos sentidos, temos o primeiro grau da dúvida, ainda que o argumento não seja suficiente para nos fazer duvidar de nossas percepções sensíveis. Dito isso, podemos perceber que os sentidos não podem ser fonte de conhecimento, pois eles nos enganam, e facilmente nos levam ao equívoco quanto à experiência de percepção.

O francês parte então para o argumento do sonho, segundo grau da dúvida. Nele, após admitir que costumamos ter vários tipos de sonhos, Descartes nos questiona se o que acontece durante os sonhos não é claro e distinto.

Em algum momento de sua vida, você já se perguntou se a vida seria então um sonho? Nessa perspectiva, o argumento do sonho mostra que da mesma forma que durante o sonhar cremos que naquele momento tudo é real, também agora, temos a mesma convicção de estarmos acordados, e não a sonhar.

O argumento nos instiga, pois muitas vezes, durante a nossa vida, em situações difíceis que surgem no dia a dia, quereríamos estar sonhando para que logo a situação passasse. Veremos de que forma Descartes relacionou a nossa realidade à possibilidade de estarmos apenas sonhando. Assim sendo:

[...] devo aqui considerar que sou homem e, por conseguinte, que tenho o costume de dormir e de representar, em meus sonhos, as mesmas coisas, ou algumas vezes menos verossímeis, que esses insensatos em vigília. Quantas vezes ocorreu-me sonhar, durante a noite, que estava neste lugar, que estava vestido, que estava junto ao fogo, embora estivesse inteiramente nu dentro de meu leito? Parece-me agora que não é com olhos adormecidos que contemplo este papel; que esta cabeça que eu mexo não está dormente; que é com desígnio e proposito deliberado que estendo esta mão e que a sinto: o que ocorre no sono não parece ser tão claro nem tão distinto quanto tudo isso (DESCARTES, 1988, p. 18).

O filósofo afirma ser preciso aceitar o mostrado para nós enquanto dormimos como quadros e pinturas, ou seja, não pode ser reproduzido se não existir veracidade e realidade. Isso nos leva a acreditar que outras partes do corpo, como pernas, cabeça e nariz, não são coisas de nossa imaginação, pelo contrário, são algo verdadeiro e existente. Portanto, o argumento do sonho pressupõe a imagem do mundo real.

Descartes relata que a dúvida dos sonhos não poderá abalar o conhecimento da Aritmética e da Geometria. Sendo assim, o filósofo escreve que:

[...] talvez, daí nós não concluamos mal se dissermos que a Física, a Astronomia, a Medicina e todas as outras ciências dependentes da consideração das coisas compostas são muito duvidosas e incertas; mas que a Aritmética, a Geometria e as outras ciências desta natureza, que não tratam senão de coisas muito simples e muito gerais, sem cuidarem muito se elas existem ou não na natureza, contêm alguma coisa de certo e indubitável. Pois, quer eu esteja acordado, quer esteja dormindo, dois mais três formarão sempre o número cinco e o quadrado nunca terá mais do que quatro lados; e não parece possível que verdades tão patentes possam ser suspeitas de alguma falsidade ou incerteza (DESCARTES, 1988, p. 19).

Este argumento encontra o seu limite, pois não permite colocar em dúvida os objetos da geometria, da aritmética, como as figuras, espaço e tempo, entre outras. Esses objetos escapam à nossa sensibilidade. Surge então a necessidade de recorrer a um terceiro argumento. Sem levarmos em conta as denominações religiosas e as crenças que estão envolvidas neste tema, veremos a opinião de Descartes sobre este assunto.

O terceiro argumento colocado por Descartes é o do gênio maligno, “Todavia, há muito que tenho no meu espírito certa opinião de que há um Deus que tudo pode e por quem fui criado e produzido tal como sou” (DESCARTES, 1988, p. 19). Será que existe um gênio maligno, que está disposto a nos enganar? Quem seria este gênio maligno? Descartes apresenta o argumento a seguir e nos ajuda a compreender esta indagação: “Suporei, pois, que há não um verdadeiro Deus, que é a soberana fonte da verdade, mas certo gênio maligno, não menos ardiloso e enganador do que poderoso, que empregou toda a sua indústria em enganar-me” (DESCARTES, 1988, p. 20). Ainda tomado por essas incertezas, o filósofo continua seu pensamento descrevendo que aquelas coisas que vemos como a terra, as cores, entre outras, são apenas coisas imaginárias que servem para nos confundir. “Permanecerei obstinadamente apegado a esse pensamento; e se, por esse meio, não está em meu poder chegar ao conhecimento de qualquer verdade, ao menos está ao meu alcance suspender meu juízo” (DESCARTES, 1988, p. 20). Considerando que o gênio maligno é visto como um tipo de deus, ele tem certos poderes que podemos dizer que são superiores aos seres humanos, mas, por ser maligno, pode nos enganar. Sendo Deus soberanamente bom e perfeito, seria então esse gênio que nos incentivaria a acreditar que dois mais três é igual a cinco ou que uma figura de três lados é considerada um triângulo.

Na Terceira Meditação, Descartes aborda a questão de Deus; sua existência. Veremos o caminho que o filósofo fez para admitir que Deus existe e que é um ser soberanamente bom e perfeito.

4.2 AS PROVAS DA EXISTÊNCIA DE DEUS

A partir da Terceira Meditação, o filósofo parte de pensamentos que visam abolir a dúvida. Portanto, ele acredita que seria improvável uma desconfiança da realidade ou não de Deus. Assim, a prova dessa suposição deverá partir da probabilidade de se confirmar a existência de um Deus. Dessa maneira, a **ideia inata** em Descartes surge como parte importante do pensamento humano. O que são ideias inatas? Para o filósofo, a ideia inata nasce com cada um de nós; é nela que se apoia para provar a existência de Deus. Reale e Antiseri nos ajudam a compreender melhor a ideia de Deus presente em cada um de nós. Assim, lemos que:

O autor dessa idéia que está em mim não sou eu, imperfeito e finito, nem qualquer outro ser, da mesma forma limitado. Tal idéia, que está em mim, mas não é de mim, só pode ter por causa adequada um ser infinito, isto é, Deus (REALE; ANTISERI, 2004, p. 296).

Descartes aponta que as ideias que temos do calor e do frio não se apresentam de maneira clara e distinta, pois, através delas, não podemos dizer se o frio é apenas uma ausência do calor e se o calor seria também uma ausência do frio; não podemos nem afirmar se essas qualidades são reais ou não. Para o filósofo, só podemos considerar algo como verdadeiro quando a ideia se mostrar com clareza e distinção. Diante disso, podemos nos perguntar: será o frio uma realidade ou apenas a ausência de calor?

No final da argumentação, o filósofo afirma que a objetividade de alguma de suas ideias se mantém fora dele, no que diz respeito à sua realidade. Para ele, não tem como haver reconhecimento da clareza e distinção da maneira que elas se mostram, e muito menos de ser a causa. Diante disso, percebemos a incapacidade de apropriar-se a causa dos efeitos de tais ideias; por isso, o filósofo entende que Deus existe e aponta as provas de sua existência.

4.3 PRIMEIRA PROVA DA EXISTÊNCIA DE DEUS

De onde surge então a ideia de Deus como substância infinita que está presente no meu ser? Mesmo que o eu possua uma ideia de substância, não teria como ter uma ideia de substância infinita. Isso é perceptível porque o eu é considerado uma substância finita, e Deus é considerado infinito.

Então, podemos dizer que o conceito de infinito não pode ser alcançado pela exclusão do finito, visto que pode ser encontrado mais veracidade em uma substância infinita do que na finita. Sendo assim, o eu tem uma noção de infinito antes mesmo da noção de finito, “de Deus antes que de mim mesmo” (DESCARTES, 1988, p. 40). Dessa afirmação do filósofo surge uma pergunta: como seria possível saber se sou um ser inteiramente perfeito, se dentro do meu ser já não existisse esta ideia de perfeição além daquela que eu já tenho, e que me levaria ao encontro e conhecimento do déficit de minha natureza?

A ideia de Deus se apresenta de forma clara e distinta. Dito isso, não podemos dizer que esta ideia seja falsa, ou que ela poderia se fazer presente em mim pelo fato de eu ser uma pessoa com algumas carências e limitações em minha vida.

Então a imagem deste ser soberano e perfeito, de natureza infinita, é absolutamente verídica. Por mais que possamos acreditar que tal ser não exista, não podemos negar que ele não representa nada de verdadeiro. O francês, ao escrever este trecho, ajuda-nos a compreender a concepção que ele tem de Deus:

[...] concebo Deus atualmente infinito em tão alto grau que nada se pode acrescentar à soberana perfeição que ele possui. E, enfim, compreendo muito bem que o ser objetivo de uma idéia não pode ser produzido por um ser que existe apenas em potência, o qual, propriamente falando, não é nada, mas somente por um ser formal ou atual (DESCARTES, 1988, p. 41).

O autor segue afirmando que o que ele falou sobre Deus é fácil de conhecer através da luz natural, basta que pensemos nisso de maneira cuidadosa, pois, quando me deixo tomar pela falta de atenção, corro o risco de encontrar meu espírito tomado por uma escuridão que me deixa cego diante das coisas sensíveis. Quando isso ocorre, eu posso não me lembrar da razão, responsável pela ideia que existe dentro de mim um ser com uma perfeição mais elevada que a minha. Tal ideia deveria ter sido colocada por um ser superior as minhas limitações, perfeito e bom.

Sendo assim, ele considera que o ser tem a ideia de Deus, mas teria como eu existir se não houvesse um Deus? Consigo existir por mim mesmo? Descartes sugere talvez que o ser possa derivar dos pais ou de algo inferior à perfeição de Deus. Mas não há como imaginar algo mais perfeito ou que se possa igualar a Deus; portanto, não há como ser o eu a causa de si próprio, pois somos tomados por uma imperfeição. Podemos dizer que nossa existência é dada a cada um de nós por um ser que é tomado por uma perfeição, ao qual damos o nome de Deus.

4.4 SEGUNDA PROVA DA EXISTÊNCIA DE DEUS

Entretanto, se eu fosse independente de outro ser, ou seja, se eu mesmo fosse o criador de mim, com certeza não haveria motivo para se ter dúvida e eu poderia me considerar um ser perfeito. Nesse momento, Deus não é visto apenas como criador de uma ideia presente no meu eu, ele é o autor do próprio eu. Quanto a isso, pode-se afirmar que se eu fosse o autor de minha existência, eu não me teria privado de coisas de mais fácil alcance, a saber, de muitos conhecimentos de que minha natureza está desprovida; não me teria tampouco privado de nenhuma das coisas que estão contidas na ideia que concebo de Deus (DESCARTES, 1988).

Convém perguntar se sou possuidor de algum poder ou de alguma qualidade que me garanta ser tal como sou hoje e que me assegure que eu possa existir no futuro tal como sou no presente. Dando prosseguimento à meditação terceira, pode-se perceber que, se existisse um poder em mim, eu, como substância pensante, deveria ao menos cogitar a sua existência e saber argumentar sobre este poder; como não sinto poder algum é que devo reconhecer que necessito de um ser que seja superior às minhas limitações, que não seja igual a mim.

Descartes segue a análise retomando a possibilidade do meu ser ter sido criado pelos meus pais ou outra causa que não perfeita igual a Deus. Para descartar essa possibilidade, precisamos considerar que deve haver realidade tanto na causa quanto no efeito. O filósofo expressa seu pensamento a respeito da ideia de Deus. E escreve que:

[...] já que sou uma coisa pensante, e tenho em mim alguma idéia de Deus, qualquer que seja, enfim, a causa que se atribua à minha natureza, cumpre necessariamente confessar que ela deve ser de igual modo uma coisa pensante e possuir em si a idéia de todas as perfeições que atribuo à natureza Divina. Em seguida, pode-se de novo pesquisar se essa causa

tem sua origem e sua existência de si mesma ou de alguma outra coisa. Pois se ela a tem de si própria, segue-se, pelas razões de que anteriormente aleguei, que deve ser, ela mesma, Deus; porquanto, tendo a virtude de ser e de existir por si, ela deve também, sem dúvida, ter o poder de possuir atualmente todas as perfeições cujas idéias concebe, isto é, todas aquelas que eu concebo como existentes em Deus (DESCARTES, 1988, p. 43).

Descartes analisa a chance de que outras causas tenham sido responsáveis pela criação do eu. Portanto, a ideia de um ser perfeito que compete a Deus seria originária de várias outras causas que se encontram no universo e não em Deus. Dito isto, ele intervém e escreve que as perfeições atribuídas a Deus são a simplicidade, a unidade ou a inseparabilidade de todas as coisas que possam existir nele.

Quanto ao que foi escrito anteriormente a respeito do meu eu ter sido criado por meus pais, eles são os responsáveis pelo meu nascimento, mas não se pode afirmar serem eles a me fazer sobreviver atualmente; tampouco que tenham me gerado como uma substância pensante. Por fim, quanto a meus pais, eles colocaram apenas algumas substâncias nesta matéria que me permite concluir ser meu espírito a única coisa que considero como eu próprio. Destarte, o fato de eu existir como substância pensante me faz ter a ideia de um ser soberanamente perfeito, ao qual chamamos de Deus. Essa ideia de um ser superior a mim se demonstra de maneira muito evidente, pois as limitações e fraquezas no interior do eu seriam um impedimento para esse eu ser o autor de sua própria existência.

Segundo Descartes, quando Deus nos criou, deixou em cada um de nós uma marca. Antiseri e Reale relatam que a marca de Deus deixada em cada um de nós parece como a marca de um artesão registrado em sua obra. Para eles, essa ideia se encontra em cada um de nós e pode ser utilizada para favorecer a “[...] positividade da realização humana e, do ponto de vista do poder cognoscitivo, sua natural capacidade de conhecer o verdadeiro; e, no que se refere ao mundo, a imutabilidade de suas leis” (ANTISERI; REALE, 2004, p. 297).

Vale dizer que mais do que uma ideia de Deus que já se faz presente no eu, o meu próprio eu já é a ideia de Deus. Quando há uma reflexão do eu sobre si mesmo, ele se vê como um ser imperfeito e dependente em busca de algo melhor, e é nesta busca que acabamos por descobrir o próprio Deus, afirma Descartes. “Consiste em que reconheço que seria impossível que minha natureza fosse tal

como é, ou seja, que eu tivesse em mim a idéia de um Deus, se Deus não existisse verdadeiramente” (DESCARTES, 1988, p. 44).

Dessa afirmação, podemos dizer que Deus não pode ser considerado como embusteiro, já que um embuste é algo imperfeito. Com isso, a ideia do gênio maligno ou de outra força que pudesse enganar o homem encontra sua derrota, pois Deus é soberanamente bom e perfeito e, sendo assim, não seria capaz de nos enganar. Desse modo, Deus aparece aqui como garantidor de nossas faculdades cognoscitivas.

Portanto, a dúvida já não encontra mais espaço para aqueles que acreditam ser Deus o autor de nossa existência. Somente para aqueles que não acreditam em Deus é que a dúvida não vai ser excluída totalmente. Eles podem continuar alimentando suas ideias pela faculdade cognoscitiva, pois também não aceitam que tais faculdades sejam criadas por Deus, que, como vimos, é considerado um ser bondoso e verídico.

4.5 TERCEIRA PROVA DA EXISTÊNCIA DE DEUS

Neste momento, Descartes tratará do argumento *a priori* da existência de Deus. Essa prova fundamenta-se na própria essência de Deus. Encontramos em cada um de nós uma infinidade de ideias que não podem ser consideradas um puro nada, mesmo que elas não existam fora do pensamento. Quanto a isso, tenho a liberdade de pensá-las ou não pensá-las. Como foi dito anteriormente, tudo aquilo que se mostra claro e distinto é considerado verdadeiro. Diante disso, não seria possível elaborar um argumento e uma prova que demonstrasse a existência de Deus? Será possível essência e existência se separarem? É possível que em Deus possa haver também esta separação e que, diante disso, Deus possa não existir atualmente? No que se refere a Deus, isso não pode ser colocado em discussão; é visto com muita clareza que a existência não pode ser separada de sua essência. O filósofo francês escreve que o fato de conceber Deus está presente no pensamento. Portanto:

[...] meu pensamento não impõe necessidade alguma às coisas; e como só depende de mim o imaginar um cavalo alado, ainda que não haja nenhum que disponha de asas, assim eu poderia, talvez, atribuir existência a Deus, ainda que não houvesse Deus algum existente (DESCARTES, 1988, p. 57).

Não podemos falar de Deus sem existência, então a existência é algo inseparável, algo que existe verdadeiramente e não é fruto do meu pensamento; a existência de Deus faz com que meu pensamento perceba essa ideia dessa forma.

A ideia de Deus não é uma invenção de minha imaginação, ou até mesmo que possa ser falsa, ou, ainda, que possa ser originária de meu pensamento, esta ideia é vista e defendida por Descartes como “a imagem de uma natureza verdadeira e imutável. Primeiramente, porque eu nada poderia conceber, exceto Deus só, a cuja essência a existência pertence com necessidade” (DESCARTES, 1988, p. 58). Sendo assim, não há como haver mais de um Deus; da mesma maneira, claramente há um Deus que existiu no passado e que existirá eternamente. Isso é perceptível porque tudo o que é visto, com clareza e distinção, pode ser tomado como verdadeiro.

Descartes argumentará que o conhecimento independe dos sentidos. Sendo assim, se meu espírito não estivesse prevenido contra algum prejuízo e se meu coração não se encontrasse distraído pela presença das coisas sensíveis, não haveria nenhuma coisa que eu conhecesse com mais facilidade que Deus (DESCARTES, 1988). Sobre Deus, o filósofo afirma que:

[...] haverá algo por si mais claro e mais manifesto do que pensar que há um Deus, isto é, um ser soberano e perfeito, em cuja idéia, e somente nela, a existência necessária ou eterna está incluída e, por conseguinte, que existe? (DESCARTES, 1988, p. 59).

Percebe-se que a ideia de Deus se mostra de maneira clara, como a mais segura de todas as ideias. “Deus é o fundamento da verdade, ou seja, todas as representações que se me apresentarem metodicamente como claras e distintas estão garantidas por Deus, verdade suprema e razão de ser de todas as demais” (SILVA, 2005, p. 60). Dito isso, a ideia de Deus se torna a garantia de todo conhecimento possível.

A prova ontológica em relação às outras não pode ser considerada apenas uma prova a mais, é ela que nos garante que Deus realmente existe e que é eterno. As provas *a priori* nos garantem um importante e indispensável papel no tocante às evidências atuais; portanto, a prova ontológica garante a lembrança de todas as evidências.

Perante o analisado e após reconhecer a existência de Deus, e afirmando que todas as coisas são originárias dele, pode-se afirmar que Ele não é enganador.

Como visto no presente trabalho, tudo quanto se apresenta de forma clara e distinta pode ser tomado como verdadeiro; por isso, ninguém poderá apresentar a mim alguma ideia contrária que me faça duvidar de Deus. Até a ciência, com toda a sua certeza e verdade, depende do conhecimento de Deus.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como tivemos a oportunidade de constatar no decorrer deste trabalho, Descartes tem grande importância na Filosofia Moderna e principalmente no campo metafísico. Em sua obra *Meditações Metafísicas* (1988), ele argumenta ser possível provar logicamente, pelo uso da razão, a existência de Deus, valendo-se de ideias claras e distintas, sempre colocando em dúvida o senso comum. Partindo desta motivação foi proposto neste trabalho de conclusão de curso estudar o método cartesiano proposto enquanto percurso metodológico para realizar tal objetivo.

No primeiro momento deste trabalho, foi apresentada uma contextualização histórica do recorte temporal em que o autor se inscreve, o qual nos permite perceber a importância e as contribuições do filósofo no período da Idade Moderna, momento marcado por grandes inovações e novas descobertas no campo das ciências.

No segundo momento, foi possível conhecer mais de perto o método que Descartes acredita ser capaz de conduzir o homem à verdade, fundamentado em quatro regras, tornando certa a obtenção do conhecimento verdadeiro, incontestável.

Foram, ainda, abordados os conceitos que demonstram a existência de Deus, sendo que o questionamento era visto como base diante daquilo que lhe era apresentado como verdadeiro sem o ser. Assim, antes de tudo, era necessário que todo conhecimento fosse analisado pelo olhar da razão; aquilo que ela não aceitasse como verdadeiro deveria ser desconsiderado.

Descartes foi um pensador influente em sua época, com contribuições na área da Ciência, Filosofia, dentre outras. Com o seu modo de pensar inovador, trouxe novas características ao período que ficou conhecido como modernidade. Tais inovações se fazem presentes na cultura Ocidental até os nossos dias, principalmente nas áreas da Matemática e da Filosofia, onde a dúvida é a base para a reflexão e o conhecimento científico. O francês sempre buscou manter uma posição crítica diante daquilo que lhe era apresentado, deixando assim um legado de nunca tomarmos como verdadeiro aquilo que não se mostrar com clareza e distinção, do contrário, o risco de sermos enganados seria grande.

Nesse sentido podemos dizer que Deus é visto como uma substância infinita e o eu é considerado finito. Sendo assim, não teria como uma substância finita ter uma ideia de algo infinito; disso podemos concluir que: o conceito de infinito não

pode ser alcançado pela exclusão do finito, porque uma substância infinita tem mais veracidade do que uma finita, e, portanto, o eu tem uma noção de infinito antes mesmo da de finito.

Com isso, podemos afirmar que Deus é considerado o autor de toda a existência humana, e mais, de tudo que existe. O autor afirma que, se o humano fosse o autor de sua própria existência, não se veria privado de coisas que são de mais fácil aquisição. Assim, é lógico concluir a impossibilidade de o homem ter sido criado por outra causa menos perfeita que Deus. Tal fato não encontra força e logo a hipótese é descartada. É preciso, portanto, encontrar realidade tanto na causa quanto em seu efeito. Com tudo que vimos acerca da existência de Deus, entende-se que Ele não pode ser considerado como embusteiro, pois a natureza de embuste seria a de nos enganar, e Deus é reconhecido como uma substância perfeita incapaz de nos enganar.

O caminho que Descartes percorreu é inspirador, não apenas por estabelecer um método capaz de dar bases aos processos de conhecimento. O filósofo tinha um compromisso que, expresso nas regras propostas, conseguiria atingir com maestria diversas partes do saber. O método cartesiano foi de grande importância na evolução das ciências, pois Descartes sentia falta de um método que ordenasse o pensamento e que apresentasse certezas indubitáveis.

Nesse aspecto, o francês deixou suas contribuições não apenas para modernidade, mas para toda ciência, assim como para a afirmação da existência, tudo isso partindo da dúvida, que, como vimos, em momento algum é percebida como barreira para o saber. A dúvida levou o filósofo a compreender o pensamento como um fator importante e necessário para a existência.

A ideia de Deus se mostra de maneira clara e distinta e, como vimos, tudo o que se apresenta em conformidade com tal ideia, pode ser considerado como seguro e não será capaz de nos enganar. A ideia de Deus não é uma invenção de minha imaginação. Não podemos falar de Deus sem existência, a existência trata-se de algo inseparável, portanto, que existe verdadeiramente e não é fruto do meu pensamento. Com isso, podemos concluir que a ideia de Deus é a garantia de todo conhecimento possível.

Como conclusão, podemos afirmar que a preocupação de Descartes com o conhecimento tornou-se sua principal contribuição para a Filosofia Moderna e também para o modo de se fazer Ciência.

REFERÊNCIAS

ABSOLUTISMO. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 2.

ANTISERI, Dario; REALE, Giovanni. **História da Filosofia: do Humanismo a Descartes**. v. 1. 2. ed. Tradução Ivo Stormiolo. São Paulo: Paulus, 2004.

DESCARTES, René. **Meditações Metafísicas**. 4. ed. Tradução J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

_____. **Discurso do Método**. v. 458. Tradução Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM POCKET, 2019.

HELENISMO. In: _____. **Dicionário de Filosofia**. Tradução Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 497.

IZIDORO, José Luiz; VILELA, Augusto Nilo Oliveira de. Os fundamentos da verdade no pensamento de René Descartes: uma relação à sua época, uma proposta à nossa época. **Ces Revista**, Juiz de Fora, v. 27, n. 1, p. 53-71, 2013. Disponível em: <<https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edições/2013/Artigo%2003.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2021.

MERCANTILISMO. In: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 1897.

OLIVEIRA, Romulo Gomes de; SILVA, Alisson Modesto Candido da. A Existência de Deus como Garantia da Veracidade Científica nas Meditações Metafísicas de René Descartes. **Revista Rhema**, Juiz de Fora, v. 16, n. 52, p. 27-51, 2018. Disponível em: <[file:///C:/Users/User/Downloads/1670-3937-1-PB%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/1670-3937-1-PB%20(3).pdf)>. Acesso em: 2 jun. 2020.

SILVA, Franklin Leopoldo e. **Descartes: a metafísica da modernidade**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

SOUZA, José Francisco das Chagas. **As provas metafísicas da existência de Deus em René Descartes**. 2013. 128 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.